

COMITÊ GESTOR DE EQUIDADE DE GÊNERO, RAÇA E DIVERSIDADE

ATA DE REUNIÃO

Data: 15.06.2018

Local: sala 307-A (prédio-sede)

Presenças: Juíza do Trabalho Raquel Nenê Santos, indicada pela Presidência (Coordenadora);

Servidor Márcio Meireles Martins, indicado pela Diretoria-Geral;

Servidora Mariana Merolillo Marimon, representante da Ouvidoria;

Servidor Elton Luiz Decker, representante dos servidores(as) com deficiência;

Servidora Alessandra Pereira de Andrade, representante das servidoras mulheres;

Servidora Roberta Liana Vieira, representante dos(as) servidores(as) negros(as);

Servidora Simone Evangelista da Fonseca, representante dos(as) servidores(as) LGBTI;

Juíza do Trabalho Cacilda Ribeiro Isaacsson, representante dos(as) magistrados(as);

Servidora Elaine Lídia de Souza Craus, indicada pelo SINTRAJUFE-RS;

Juíza do Trabalho Carolina Santos Costa, indicada pela AMATRA IV.

Secretária: Tatiana Duarte Pina (AGE)

Horário: 10h30min – 12h30min

Aos quinze dias do mês de junho do ano de 2018, às 10 horas e 30 minutos, na sala de reuniões da SEGESP, ocorreu reunião ordinária do Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade, contando com as presenças acima mencionadas. A reunião foi coordenada pela Excelentíssima Juíza do Trabalho Raquel Nenê Santos, conforme relato que segue: inicialmente, foram feitas as apresentações dos integrantes do Comitê, tendo em vista que se trata da primeira reunião com a nova composição do grupo. A seguir, Márcio fez alguns anúncios: haverá reunião do Movimento “HeForShe” no dia 25 de junho, às 14h00min, na Assembleia Legislativa, a qual será precedida de atividade de formação (estudos Queer), com horário de início agendado para às 09h30min. O evento é gratuito e não há necessidade de inscrição prévia. Haverá um

seminário sobre Direitos Humanos e Diversidade no dia 21 de junho, às 14h, na Justiça Federal (houve notícia divulgando o evento no Portal VOX). Em relação à obtenção do selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, informou que o Tribunal oficiou a Secretaria de Políticas para as Mulheres e enviou pedido de informação junto à Ouvidoria daquele órgão requerendo informações sobre a concessão do selo ao TRT4. O Comitê será informado quando houver retorno. Em relação à ação proposta para o Movimento “HeForShe” de realização de uma partida de futebol, informou que foi questionado pelo Secretário-Geral da Presidência sobre a realização do evento. Já sobre a participação do TRT4 no Projeto “Na linha do trem pelo fim da violência contra as mulheres”, disse que caso haja intenção do Tribunal participar, o momento de tratar do tema é a presente reunião. Dra. Raquel, com a aprovação dos demais integrantes, elencou os projetos a serem tratados como prioritários pelo Comitê: partida de futebol “HeForShe”, a instituição de um Núcleo de Acolhimento a Vítimas de Assédio Moral, Sexual e outras formas de violência de gênero, o cadastramento étnico-racial e a adesão ao Projeto “Na linha do trem pelo fim da violência contra as mulheres”. Em relação à partida de futebol “HeforShe”, Dra. Raquel manifestou a necessidade de agendamento de reunião com a Presidente para apresentar e requerer autorização para execução do projeto. A partir da aprovação, é necessário tomar todas as providências para a sua execução, contatando os setores responsáveis, bem como ajustar o cronograma inicialmente proposto, já defasado. A instituição do Núcleo foi tratada em reunião anterior que contou com a presença da Diretora-Geral, Barbara Burgardt Casaletti, que ficou de contatar os setores da Ouvidoria, Coordenadoria de Saúde e Seção de Acompanhamento Funcional da SEGESP para apresentarem um parecer sobre a implantação do referido Núcleo. Relatou que a Presidente Vania Cunha Mattos e a Juíza Auxiliar da Presidência Elisabete dos Santos Marques já foram informadas da iniciativa e são favoráveis. Em relação ao projeto de cadastramento étnico-racial, Roberta informou a realização de reunião do Coletivo de Servidores Negros com a Diretora da Escola Judicial, Desembargadora Carmen Gonzalez, ocasião em que foi apresentado o projeto de reserva de 20% das vagas de cursos de capacitação para esse segmento, iniciativa que contou com a sua aprovação. Para a implementação, é necessária a realização do cadastramento. Márcio informou que está previsto o cadastramento dos servidores ativos para fins de implementação do sistema e-Social, o que deve ocorrer no ano que

vem. Os presentes entendem que o cadastramento étnico-racial pode ser feito antes e ser aproveitado para essa demanda. Dra. Raquel enviará ofício à Presidência, na condição de Coordenadora do Comitê, requerendo a sua execução, com o apoio da SETIC. Roberta informou a participação do Coletivo na próxima reunião da Comissão de Cultura, ocasião em que serão discutidas ações culturais relacionadas ao mês da Consciência Negra, em novembro. Informou algumas atividades previstas, como uma palestra no dia 8 de novembro com o primeiro cotista negro da UFRGS, e a previsão de outra atividade em conjunto com a Escola Judicial no dia 22 de novembro. As atividades serão alinhadas com a Escola Judicial e Comissão de Cultura. Dra. Raquel requereu que o Coletivo se alinhe com este Comitê para que as ações sejam encaminhadas de forma conjunta. A partir do recebimento de consulta pública para sugestões sobre as metas do Poder Judiciário propostas pelo CNJ para o próximo ano, foi proposto o envio de sugestão sobre a instituição de meta interna específica relacionada aos objetivos deste Comitê. A sugestão foi aprovada. Sobre o projeto “Na linha do trem pelo fim da violência contra as mulheres”, Dra. Raquel questionou como o Tribunal pode participar. Márcio respondeu que a iniciativa é do Comitê Estadual “HeForShe”, explicou do que se trata o projeto e informou que, do orçamento estimado em sessenta e cinco mil reais, já foram arrecadados trinta mil reais. Questionados, os integrantes do Comitê deliberaram pela participação do TRT4 no evento. Para isso, Dra. Raquel sugeriu a designação de reunião com a Presidente e representantes da área do orçamento, para viabilizar possível destinação de recursos, se disponíveis, ao Projeto. Ficou deliberado, também, que os representantes do SINTRAJUFE-RS e da AMATRA IV submeterão às suas associações a eventual busca por patrocínio. Mariana consultará a SECOM sobre a existência de material para distribuição no evento, como por exemplo, cartilhas da campanha de combate ao trabalho infantil. A seguir, Dra. Raquel relatou as suas tratativas em Santa Rosa para a implantação de projeto de ensino de língua portuguesa para haitianos da localidade. Informou que há sessenta e cinco voluntários haitianos que estão interessados em participar, tanto recebendo as aulas de língua portuguesa, como ministrando aulas de francês. Para a implementação do projeto, é necessário resolver questões com um sindicato regional, que demonstra certa resistência, por ter um entendimento equivocado que o estímulo aos trabalhadores haitianos em aprender a língua portuguesa retira o emprego de brasileiros. O projeto não gerará custos ao

Tribunal. Informou que seguirá com as negociações e informará o Comitê. Sugeriu, em continuidade a esse projeto, que o Comitê pense em ação para as mulheres desses haitianos, que não possuem empregos e possuem muitos filhos, até por uma questão cultural. Os integrantes debateram o tema e entenderam que se trata de uma questão de política pública e que seria interessante ouvir essas mulheres para saber quais as suas necessidades para, passo seguinte, pensar em algum projeto de auxílio a esse público. Dra. Carolina lembrou do sarau de haitianos, evento promovido pelo Memorial. Elton informou que possui contato com haitianos e senegaleses e se dispôs a entrar em contato com eles para que o Comitê pense em algum projeto com esse público. Em relação ao Projeto “Na linha do trem”, sugeriu que as unidades judiciárias localizadas no itinerário das linhas de trem que participarão do projeto, sejam engajadas para participar. Todos concordaram com as duas propostas. Na sequência, Mariana questionou como as denúncias sobre assédio estão sendo tratadas no TRT4. Relatou o recebimento de uma servidora na Ouvidora, vítima de assédio e da inadequação de receber esse tipo de denúncia no espaço físico da Ouvidoria, que é público. Informou que não tem conhecimento da atuação do Comitê de Combate ao Assédio Moral. Dra. Raquel informou que foi consultada sobre a divulgação de vídeos educativos produzidos pelo MPT relacionados ao tema do assédio moral e sexual e, na ocasião, opinou pela divulgação, por entender que são vídeos bem explicativos que cumprem com o objetivo proposto. Compartilhará os vídeos com os demais integrantes para posterior deliberação sobre o envio de sugestão à Presidência para divulgação do conteúdo nos canais institucionais. Informou aos novos integrantes a realização de pesquisa sobre Assédio Moral e Sexual no Trabalho e Violência de Gênero e, a partir dos seus resultados, o Comitê deliberou pela criação do Núcleo de Acolhimento. Os integrantes debateram a necessidade de analisar os dados. Ficou estabelecido que o integrante Elton, formado em Sociologia, estudará os resultados e os apresentará oportunamente ao Comitê. Dra. Cacilda relatou situações de assédio em locais de trabalho onde atuou e as medidas que tomou para solucionar o problema e manifestou a necessidade de que esse tipo de prática seja fortemente combatida, pelas graves consequências que geram nas vítimas. Márcio sugeriu que seja criado um grupo de trabalho com o objetivo específico de tratar dos encaminhamentos necessários para a criação do Núcleo de Acolhimento. Todos se mostraram favoráveis e manifestaram interesse em participar. Houve debates sobre as

necessidades de espaço físico e de pessoal, que serão melhor debatidas em reunião futura específica para tratar dessa pauta. Foram sugeridas a disponibilização de espaço físico exclusivo, número de telefone celular a ser compartilhado entre os integrantes do Comitê para o recebimento de denúncias e a formação de uma equipe multidisciplinar composta por psicólogo, psiquiatra, servidores da Seção de Acompanhamento Funcional da SEGESP, Ouvidoria e SINTRAJUFE-RS, além da disponibilização de espaço no Portal VOX para publicação periódica de matérias de conscientização. Também foi deliberado que a divulgação das ações do Comitê seja reforçada, até para contrapor à proposta de unificação com a Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente. Os integrantes concordaram que a instituição está na fase de conscientização sobre assédio, mas é necessário dar o passo seguinte, que é o acolhimento às vítimas. Dra. Cacilda pontuou a necessidade de interiorização da iniciativa. Sobre o acompanhamento de vítimas de assédio, foi consenso de que deve ser realizado por psicólogo ou psiquiatra, mas não os do quadro funcional do Tribunal, mas o Comitê pesquisará clínicas para verificar a possibilidade de um convênio. Também é necessário o contato com profissionais especializados no tema, para que os integrantes do Comitê tenham a orientação adequada para realizar o acolhimento. A seguir, Roberta informou que a Presidente sugeriu, em reunião com os representantes do Coletivo dos Servidores Negros, a realização de uma exposição de fotografias como atividade da Semana da Consciência Negra. A sugestão será tratada com a Comissão de Cultura na reunião agendada para a semana que vem. Informou que o dia 25 de julho é o Dia Internacional da Mulher Negra, Caribenha e Latino Americana. Convidou o Comitê de Equidade a participar. Após debates, foi sugerida a realização de um concurso fotográfico com o tema da diversidade em geral. Roberta levará a sugestão à Comissão de Cultura. Mariana propôs que seja divulgado um relato das atividades do Comitê. Apresentará uma minuta para apreciação. Sugeriu, também, a confecção de bottons identificando os integrantes do Comitê na demanda relacionada ao acolhimento de vítimas de assédio. Alessandra contatará profissionais/clínicas de saúde. Mariana entrará em contato com a Ouvidoria do TRT1, pois noticiou que aquele Regional possui ações interessantes de combate ao assédio moral. Elton sugeriu contato com o SINTRAJUFE-RS, pois a associação possui material sobre assédio moral. Márcio sugeriu o envio de sugestão à Escola Judicial para repetição do curso sobre linguagem inclusiva com a participação

prioritária dos integrantes do Comitê, que poderiam futuramente atuar como multiplicadores dentro da Instituição. As representante da AMATRA IV buscará patrocínio para a contratação de profissionais que possam auxiliar o servidor Elton na análise dos resultados da pesquisa. A representante do SINTRAJUFE destacou que o Sindicato já realizou pesquisa sobre saúde e tem iniciativa em andamento. Os resultados serão enviados por Márcio aos integrantes do Comitê, via e-mail, bem como o projeto da partida de futebol “HeForShe”. Elaine lembrou que o SINTRAJUFE-RS está promovendo nova pesquisa de saúde e que existe um tópico específico sobre assédio e que os resultados também poderão ser utilizados pelo Comitê. Dra. Raquel reiterou o pedido de participação dos novos integrantes no fórum que discute a proposta de fusão deste Comitê com a Comissão de Direitos Humanos, como forma de defender a manutenção deste grupo e os projetos relacionados. **A próxima reunião do Comitê terá como pauta específica a criação do Núcleo de Acolhimento e fica agendada para o dia 06 de julho de 2018, às 10h, em local a confirmar, apenas com os integrantes do Comitê. Na sequência, às 10h30min, realizar-se-á reunião com a psicóloga Caroline Bertolino e a psiquiatra Ellen Alves de Almeida.** Os convites serão providenciados pela AGE. Reunião encerrada às 12 horas e 30 minutos. Ata redigida pela servidora Tatiana Duarte Pina, Assistente da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais e encaminhada para validação eletrônica~~~~~